

Justiça aperta e exige do Incra licença ambiental no Mato Grosso

Categories : [Notícias](#)

Depois do [Pará](#), agora foi a vez da Justiça Federal determinar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) obtenha os licenciamentos ambientais dos assentamentos da reforma agrária implantados no Estado do Mato Grosso. Segundo dados do INPE, quase 30% de todo o desmatamento que acontece na Amazônia Legal vem de assentamentos. Após saber desse estudo, o Ministério Público Federal entrou com ação exigindo que o órgão de reforma agrária cumpra a lei ambiental e pare de desmatar.

O Incra também está proibido de criar e implantar novos projetos de assentamento sem o prévio licenciamento ambiental e tem um prazo de 6 meses para regularizar os antigos já existentes no Estado. A decisão foi tomada pelo juiz federal César Bearsi no dia 23 de outubro. A multa para qualquer servidor do Instituto que não cumprir a medida é de R\$10 mil reais.

“A lei já obrigava o Incra a obter o licenciamento ambiental para implantar assentamentos, mas essa determinação vem sendo desrespeitada repetidamente. O resultado dessa má gestão é um desmatamento descontrolado e prejudicial”, explica Marcia Brandão Zollinger, procuradora da República.

A [Resolução 237](#) do Conama determina o uso do licenciamento ambiental para viabilizar projetos de assentamentos. A reserva legal do bioma onde o assentamento está inserido precisa ser cumprida. Porém, dados do Ibama, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) mostram que, até 2010, 133.644 km² de desmatamento aconteceram dentro dos 2.163 projetos de assentamento que existem na região amazônica.

Desse total de 2.163 assentamentos na região amazônica, 764 têm entre 75% a 100% da vegetação devastada, sendo responsáveis, até o ano de 2010, pelo desmate de 64.127 hectares. O tamanho de um hectare pode ser comparado ao tamanho de um campo de futebol oficial. Então, essa área desmatada equivale a mais de 64 mil campos de futebol de vegetação. No Mato Grosso, estão localizados 117 assentamentos.

Em junho, o Ministério Público Federal propôs ações na Justiça Federal em seis Estados - Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A Justiça Federal [atendeu ao pedido liminar \(urgente\) feito](#) pelo MPF no Pará e negou no Amazonas. As ações no [Acre](#), Rondônia e Roraima aguardam a manifestação do juiz responsável.

**Com informações da assessoria de imprensa do MPF/MT*

Leia Também

[Justiça proíbe Incra de criar novos assentamentos no Pará](#)

[Assentamento sem lei](#)

[O mico do Incra](#)